

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA Nº 5 DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE PORTO DE MÓS, REALIZADA EM 19 DEZEMBRO DE 2008 – 1ª REUNIÃO

-----Aos dezanove dias do mês de Dezembro de dois mil e oito, pelas vinte horas e dez minutos, no Edifício da Assembleia Municipal, sito no Solar dos Gorjões, no Largo de S. João Baptista, em Porto de Mós, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal, devidamente convocada, e com a seguinte ordem de trabalhos:-----

-----1 - *Grandes Opções do Plano para o Ano de 2009;*-----

-----2 - *Orçamento da Receita e da Despesa para 2009;*-----

-----3 - *Mapa de Pessoal para o ano de 2009;*-----

-----4 - *Aplicação da Lei N.º45 /2008 de 27 de Agosto – Alteração Dos Estatutos Da Área Metropolitana de Leiria;*-----

-----5 - *Fixação da Taxa Municipal sobre Direitos de Passagem prevista na Lei nº 5/2004, de 10 de Fevereiro – Lei das Comunicações Electrónicas;*-----

-----6. *Informação nos termos da alínea e), nº 1 do artigo 53º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.*-----

-----1 – **ABERTURA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – CHAMADA:**-----

-----Faltaram à sessão ou chegaram durante a mesma, os seguintes membros: António Fernando Pardal da Silva (Presidente da Junta de Freguesia de Alvados/Falta Justificada – PPD/PSD); António Manuel Pedroso do Rosário (Injustificada-PSD); Maria Antonieta Girão Fevereiro Mariano (Justificada - CDS/PP); Pedro da Conceição Varatojo (Presidente da Junta de Freguesia de Alcaria /Justificada-PSD).-----

-----Estavam presentes, pela Câmara Municipal, o senhor Presidente João Salgueiro, os senhores Vereadores Albino Pereira Januário, Rui Augusto Marques Silva Pereira Neves e Jorge Manuel Vieira Cardoso, e a Chefe de Divisão Neuza Morins.-----

-----A prestar apoio à Assembleia Municipal, nos termos do nº 1 do artigo 52º – A, da Lei 169/99 de 18 de Setembro com a redacção que lhe foi conferida pela Lei nº 5 –A /2002 de 11 de Janeiro, encontrava-se a Assistente Administrativa Especialista Maria Fernanda Pinguicha Toureiro.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento à Assembleia que foram consideradas justificadas pela mesa as faltas à presente sessão dadas pelos membros acima referidos face à justificação escrita e/ou verbal que estes apresentaram dentro do prazo regimental, referindo ainda que **Pedro da Conceição Varatojo (Presidente da Junta de Freguesia de Alcaria) seria substituído pelo senhor Adolfo Ribeiro Frazão** nos termos da alínea c) do nº 1 do artigo 38º da Lei 169/99 de 18 de Setembro com a redacção que lhe foi conferida pela Lei nº 5 –A /2002 de 11 de Janeiro -----

-----2. **LEITURA DO EXPEDIENTE:**-----

-----O Senhor Presidente da Assembleia fez a leitura resumida do expediente recebido desde a última sessão ordinária da Assembleia Municipal, que terminando disse que a documentação se encontrava arquivada nos serviços administrativos da Assembleia e disponível para consulta.-----

-----3. **APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ANTERIOR:**-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O senhor Presidente da Assembleia pôs a discussão as actas da sessão ordinária realizada em 25 de Setembro último e da sessão extraordinária realizada em 14 de Novembro, começando por pôr à apreciação a primeira. Não havendo intervenções, foi a mesma posta a votação tendo sido **aprovada por maioria, com duas abstenções**.-----

-----Foi depois posta a discussão a acta da sessão extraordinária realizada em 14 de Novembro de 2008, pedindo para usar da palavra o senhor **António Manuel de Sousa Pires (PSD)** que referiu que o que está transcrito acerca das faltas à Assembleia da AMLEI, na página 542, não corresponde àquilo que ele e o senhor Presidente da Câmara ali conversaram, tendo o senhor Presidente acabado por reconhecer que ele (António Pires) nunca tinha faltado àquelas reuniões, acrescentando que tinha chegado, inclusivamente, a dizer-lhe que sabia quantas vezes ele (Presidente da Câmara) tinha faltado e que aquele não sabia quantas vezes ele tinha faltado, pedindo a rectificação da mesma, pelo que ouvidas as gravações da sessão em apreço se verifica ter **António Manuel de Sousa Pires (PSD) na sessão extraordinária desta Assembleia Municipal, realizada em 14 de Novembro de 2008 ter dito na sua intervenção que, tendo sido eleito por esta Assembleia Municipal para a representar na AMLEI, disse ter recebido esta semana a convocatória para se proceder à sua alteração, dizendo que esta não irá acabar mas sim mudar de nome, passando a ser uma Associação para fins específicos. Dirigindo-se depois ao senhor Presidente da Câmara, disse que lhe vieram perguntar porque é que ele não ia às assembleias da AMLEI porque o senhor haveria dito aos vereadores que houve a polémica que houve em relação a uma votação porque não tinham lá ido todos os partidos. Continuou dizendo que este sabia que ele não faltou a nenhuma destas sessões e que lhe faria a justiça de aqui o admitir, acrescentando ainda que consegue dizer quantas vezes o senhor Presidente da Câmara faltou e que este não conseguirá fazer o mesmo em relação a ele, ao que o senhor Presidente respondeu que era verdade.**-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção foi a mesma posta a votação, tendo sido **aprovada por maioria com cinco abstenções**.-----

-----Ainda antes de entrar no período de antes da ordem do dia, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, passou a ler um pedido efectuado pelo executivo, que a seguir se transcreve, acrescentando que nos termos do Regimento, o mesmo será acrescentado à Ordem de Trabalhos desta Sessão se ninguém se opuser à sua inclusão:-----

-----Exmo. Senhor-----

-----Presidente da Assembleia Municipal de-----

-----Porto de Mós-----

-----**ASSUNTO: INCLUSÃO NA ORDEM DE TRABALHOS “ADESÃO À ENTIDADE REGIONAL DE TURISMO LEIRIA/FÁTIMA”**-----

-----Havendo necessidade de a Assembleia Municipal se pronunciar sobre a adesão à nova entidade regional de turismo, conforme o nº 2 do artigo 7º da Portaria 1152/2008 de 13 de Outubro, venho solicitar-lhe que o mesmo assunto seja incluído na ordem de trabalhos face à necessidade desta deliberação ser apresentada até 31 de Dezembro de 2008.-----

-----Porto de Mós, 19 de Dezembro de 2008.-----

-----O Presidente da Câmara (assinatura)-----

-----Dada a palavra ao senhor Presidente da Câmara, este passou a justificar a necessidade da inclusão deste ponto na ordem de trabalhos.-----

-----**José Jorge Couto Vala (PSD)**, pediu a palavra para colocar uma questão ao senhor Presidente da Câmara, dizendo não ser contra a inclusão na ordem de trabalhos deste ponto e perguntando se esta eventual inclusão não é extemporânea, uma vez que lhe parece que este assunto deveria ser primeiramente discutido em sede de executivo municipal, dizendo não saber se o foi, e seguidamente, ser remetido para a Assembleia Municipal.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O senhor Presidente da Câmara respondeu que este assunto foi submetido a discussão pelo executivo municipal, em 11 de Dezembro, também sendo incluído extraordinariamente na ordem de trabalhos daquela reunião de Câmara. -----

-----**Olga Cristina Fino Silvestre (PSD)** perguntou ainda ao senhor Presidente da Câmara, quando é que este teve conhecimento da necessidade de que esta Assembleia deliberasse sobre este assunto, ao que aquele referiu que foi dia 18 de Dezembro que se teve conhecimento dessa necessidade. -----

-----Sendo colocado à consideração da Assembleia Municipal a inclusão do presente ponto na ordem de trabalhos e não tendo havido oposição por parte desta, foi aquele incluído, passando a constituir o ponto **6 da Ordem de Trabalhos** da presente sessão – **“ADESÃO À ENTIDADE REGIONAL DE TURISMO LEIRIA/FÁTIMA”** – passando o actual ponto 6 para o ponto 7.-----

-----4. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

-----**José António Sousa Calado (PSD)**: Disse ter pedido a palavra para prestar uma homenagem a um homem bom do concelho, portomosense ilustre, referindo-se ao Dr. Pedro Matos, e que recentemente viu uma grande instituição da região em que nos incluímos – Instituto Politécnico de Leiria – prestar-lhe uma digna homenagem, criando um prémio para alunos do ensino secundário, que irá perpetuar o seu nome. Sugeriu assim que, para além do seu voto de homenagem que aqui deixa, possa a maior instituição do concelho donde é natural esta individualidade – a Câmara Municipal de Porto de Mós - se associar a esse prémio e possa fazer com que ele seja maior, mais dignificado e mais conhecido.-----

-----**Vítor Louro Cordeiro (PS)**: -----

-----Referiu-se à Praça da República e aos trabalhos que lá vieram a ser efectuados, com a realização dos brasões do município e das suas treze freguesias, parabenizando a Câmara Municipal pelo excelente trabalho realizado e aproveitando para referir que, em conversas tidas com um grupo de pessoas da sua geração, veio a descobrir que naquele local se situou a velhinha Igreja de S. Pedro, e que nas suas traseiras se situava um cemitério. Referiu depois que José Pedro Sousa Rosa, a propósito das brincadeiras que todos tiveram naquela Praça durante a sua infância, fez menção ao relógio proveniente da torre sineira da dita Igreja, que teria ficado na posse do senhor Gaivoto, ficando ele como fiel depositário, e que seria possível consertar esse relógio de forma a pô-lo a trabalhar. Referiu ainda que José Pedro lhe havia dito, que seria uma boa altura para que a Câmara interviesse no sentido de reaver o relógio que, sendo consertado, seria colocado algures na Praça da República, o que significaria para além de um factor de embelezamento, o perpetuar da memória daquela Igreja, da qual já muito pouca gente se recorda, deixando à consideração do senhor Presidente da Câmara esta possibilidade. -----

-----**João Manuel Rodrigues Coelho (Presidente da Junta de Freguesia de Juncal – PSD)**, intervindo, disse querer fazer uma pequena intervenção a título de recomendação ao executivo camarário. -----

-----Referiu-se ao facto de no fim-de-semana passado se ter realizado o concurso de brasões na Praça da República ao qual não pode assistir por se encontrar hospitalizado nessa altura, acrescentando que tem vindo a ouvir bastantes críticas de pessoas da sua freguesia por considerarem que o brasão da freguesia do Juncal está muito diferente do original, nomeadamente no que se refere às cores. Admitiu ainda que tratando-se de um trabalho em pedra é difícil ir buscar as cores certas, mas que existe no brasão, uma área que foi preenchida a vermelho e que no original é verde, pelo que seria preferível ter sido preenchida a branco. Assim, concluiu que, considerando que o brasão da freguesia do Juncal, que se encontra implantado na Praça da República, em frente do Edifício sede dos Paços do Concelho, não se encontra executado de forma a transmitir uma cópia, mesmo que aproximada do original, vem junto do executivo propor a sua alteração, se possível, de forma a que seja possível ver melhor os contornos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

do brasão. Para além disso, disse ainda querer deixar um voto de louvor ao artífice que o executou, pois com as condições climatéricas que se fizeram sentir nessa altura foi uma tarefa difícil, mas que de facto, o que ali está desenhado, não corresponde ao brasão original.-----

-----Fez depois uma breve referencia à Casa dos Calados, manifestando a sua apreensão face aos documentos que lhe foram distribuídos, passando a ler a seguinte declaração:-----

-----*Considerando que a Casa dos Calados encerra em si um marco importante da vida, tradição e cultura da vila do Juncal, principalmente no aspecto agrícola;*-----

-----*Considerando que o edifício existe em risco de ruína e degradação total, sem possibilidades de recuperação;*-----

-----*Considerando que o espaço envolvente não está a ser aproveitado e não existindo no Juncal um metro quadrado de terreno publico, onde uma criança possa brincar em segurança e um idoso possa desfrutar o merecido descanso;*-----

-----*Considerando que, conforme está referido no ponto 3, seria de importância vital a aquisição do terreno do senhor José do Nascimento Horta, que é o terreno ao lado, tendo sido já falado este assunto por variadas vezes, pois este é o único terreno na vila do Juncal, que poderia pertencer ao domínio publico, dado que o proprietário já se manifestou com interesse na sua transacção;*-----

-----*Vem propor a Junta de Freguesia do Juncal a este executivo camarário, a inclusão do projecto para recuperação da Casa dos Calados, no QREN, e aquisição também do terreno atrás referenciado para criação de um espaço de lazer no terreno envolvente à Casa existente.*-----

-----**José Jorge Couto Vala (PSD):**-----

-----Usou da palavra para colocar uma questão que tem a ver com o Parque Industrial de Mira de Aire, dado que já por diversas vezes foi aqui falada a instalação de grande empresa francesa naquele parque industrial, sendo facto que aquela ainda não está instalada. Disse ainda que, em contacto com algumas pessoas de Mira de Aire e que manifestam alguma vontade em se instalarem naquele parque, mas que por via da sua designação “industrial” e porque desenvolvem actividades que não se enquadram nessa designação, mas sim serviços, ficam assim inibidas de ali se fixarem. Assim, perguntou se já foi ponderada a hipótese de vir a ser alterada a utilização do Parque Industrial de Mira de Aire, dado que esta utilização está associada a um regulamento que foi aprovado por esta Assembleia Municipal e que eventualmente, esta Assembleia poderá alterar. Referiu ainda que tanto quanto sabe, não há impedimento a essa alteração por causa dos fundos comunitários que foram então recebidos como apoio, assim o entenda o executivo.-----

-----**Olga Cristina Fino Silvestre (PSD):**-----

-----Usando da palavra referiu que a sua intervenção seria curta e que viria no seguimento da do senhor Presidente da Junta de Freguesia do Juncal, vincando ser uma preocupação sua, enquanto munícipe deste concelho e lamentando que não seja também uma preocupação deste executivo, a manutenção dos edifícios públicos existentes neste concelho, nomeadamente o ginnodesportivo de Mira de Aire, o ginnodesportivo de Porto de Mós e principalmente ao Cine-Teatro de Porto de Mós. É incomportável, ser o Cine-Teatro a casa mãe de acolhimento de pessoas que vêm de fora visitar o nosso concelho e são acolhidas naquela casa que a todos nos envergonha, sendo inadmissível que não sejam realizadas obras de beneficiação daqueles espaços.-----

-----**Carlos Manuel Neto Venda (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PSD):**-----

-----Referiu-se ao saneamento básico do concelho, perguntando ao senhor Presidente da Câmara se são efectivamente 27% da rede que estão ligados, existindo realizado 40%. Disse ainda que isto o leva a pensar que sendo isto algo que todos querem, deveria existir um planeamento devidamente estruturado, porque aquilo que se tem tentado é ir fazendo na medida do possível, sendo que o resultado é este.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O senhor **Presidente da Câmara Municipal**, passou a responder aos anteriores intervenientes dizendo a **José António Sousa Calado**, concordar subscrevendo integralmente aquilo que ele disse sobre a figura e a obra do Dr. Pedro de Matos, dizendo que a Câmara Municipal de Porto de Mós irá considerar essa situação, porque faz todo o sentido a valorização dessa figura ilustre do concelho, com a nossa associação a essa homenagem merecida. -----

-----Referiu-se depois à intervenção de **Vítor Louro Cordeiro** acerca da localização da antiga Igreja de S. Pedro, também chamada de Igreja de Nossa Senhora dos Mortinhos. Referiu-se ainda a um leilão que ocorreu em Lisboa há pouco tempo, e ao qual não foi por dificuldades de agenda, e em que iria ser leiloado um documento que datando de 1936, tinha um desenho dessa Igreja, e que seria de interesse para o município a sua aquisição. Referiu ainda que, relativamente ao relógio mencionado por **Vítor Louro Cordeiro**, iria envidar esforços no sentido da sua recuperação pois são objectos que fazem parte da nossa memória colectiva e que valorizam o concelho. -----

-----Dirigindo-se depois a **João Coelho**, desejou-lhe uma boa recuperação face à intervenção cirúrgica a que foi submetido. Quanto ao brasão da vila do Juncal, referiu que não foi só a Junta de Freguesia do Juncal que manifestou descontentamento relativamente ao brasão, dizendo que mais uma ou duas também o fez, referindo que efectivamente não têm todos a mesma qualidade, mas que isso é resultado do concurso que foi feito e onde estiveram presentes dos melhores artífices a nível mundial. De forma global, considerou que todo o processo foi um êxito, tratando-se de uma obra que valoriza o concelho de Porto de Mós, contribuindo também para a divulgação da calçada à portuguesa. Referiu ainda que as condições climáticas foram adversas, não sendo de molde a que os artífices pudessem dar o seu melhor. -----

-----Quanto à Casa dos Calados, disse que em termos de QREN, nesta primeira fase não irá ser fácil, mas que irá estar atento para que assim que houver condições, poder essa obra vir a ser candidatada. Referiu ainda que tem uma reunião com uma comissão de moradores do Juncal para se discutir esta questão da Casa dos Calados e se definirem algumas questões. Acrescentou ainda que, sendo o QREN um programa muito vasto, com muitos eixos, é muito provável que em alguns deles se possam incluir este projecto. Fez ainda uma breve referência ao Programa LIDER que está previsto entrar em vigor a curto prazo, e que disponibilizará muito dinheiro, assim haja projectos para apresentar, e que se destinará fundamentalmente a apoiar micro empresas. Vai ser um programa que irá disponibilizar muitas verbas para projectos na área da dinâmica em si, não sendo possível a uma Junta de Freguesia, por exemplo, candidatar-se para fazer uma rua, mas será possível candidatar-se para fazer um espaço verde ou um anfiteatro para divulgação de artesanato, devendo ser um projecto dinâmico. Disse ainda que logo que haja mais elementos disponíveis, reunirá com os senhores Presidentes de Junta divulgando isto através das freguesias considerando importante estar sensibilizados para este programa, para não se correr o risco de se estar a devolver dinheiro que pode ser investido no concelho. -----

-----Quanto às obras no Juncal, disse que este é o problema de quem decide, dizendo que o município de Porto de Mós, está a investir no Juncal mais de meio milhão de contos, sendo poucas as freguesias do concelho que gozam de igual investimento.-----

-----A **José Jorge Couto Vala**, disse que a empresa francesa está no local e está em construção, estando numa fase já bastante adiantada. Quanto à alteração do uso dos lotes do Parque Industrial de Mira de Aire, disse não ter a mesma informação que anterior interveniente e que há já algum tempo teve uma reunião em Coimbra, por solicitação de algumas pessoas em Mira de Aire para alteração do uso dos lotes, para que, em vez de se destinarem exclusivamente a empresas cujo código de actividade económica seja industrial, ou seja, produtivo, poder passar a empresas de serviços, nomeadamente armazéns, tendo-lhe dito pessoalmente que não era possível, porque a obra tinha sido co-financiada por fundos comunitários para aquele efeito, correndo o Município o risco, de ao lá instalar empresas que não sejam produtivas, por exemplo de serviços, ter de devolver aqueles fundos comunitários. -----

-----A **Olga Silvestre**, o senhor Presidente da Câmara disse que se têm feito obras de recuperação dos edifícios no concelho de Porto de Mós, referindo que foi feita uma grande

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

intervenção no interior do gimnodesportivo de Porto de Mós, nomeadamente em termos de pinturas, recuperação de portas, recuperação de torneiras, azulejos, pavimentos, etc. Foram ainda feitas grandes obras de intervenção, que na sua maioria passam despercebidas, no mercado municipal de Porto de Mós, que não estava dotado das condições higieno-sanitárias que a lei hoje exige, correndo o risco de vir a ser fechado pela ASAE, se esta o visitasse, tendo ainda sido remodelada rede de águas que estava muito deteriorada. Não obstante isto, reconheceu a existência de algumas lacunas referindo-se nomeadamente ao Cine-Teatro de Porto de Mós, dizendo que para si, mais prioritário que o aquecimento daquele espaço, é a cobertura que está muito degradada e que necessita da substituição de muitos dos ladrilhos que lá estão. Referiu ainda que este edifício foi objecto de intervenção ao nível do aquecimento que ficou a funcionar e que há quinze dias, fruto de uma trovada se queimou, tendo no entanto já dado ordem para se substituir a peça que queimou.

-----A **Carlos Venda** respondeu que as suas questões caem num documento que exibiu e que se chama "Documento de Enquadramento Estratégico" e que tem a ver com águas e saneamento no concelho de Porto de Mós.

-----Quanto aos números apresentados, de 27% e 40%, disse que estes foram apurados pelos serviços técnicos. Acrescentou ainda que os 27% dizem respeito à população efectivamente ligada, passando a fazer um breve resumo da situação existente.

-----5. PERIODO DA ORDEM DO DIA:-----

-----5.1 - Grandes Opções do Plano para o Ano de 2009 e 5.2 - Orçamento da Receita e da Despesa para 2009:-----

-----O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** sugeriu que, face à ligação de ambos os pontos da ordem de trabalhos, os mesmos fossem discutidos conjuntamente.

-----O senhor **Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra, disse que iria fazer algumas referências ao ponto 1 e que deixaria ao senhor Vice-Presidente a apresentação do Orçamento por se tratar de um documento mais técnico e tendo em conta as suas competências. Referiu ainda que se iria dispensar de ler o documento, uma vez que o mesmo foi distribuído atempadamente por todos os presentes, permitindo-se dois breves comentários, sendo que o primeiro seria para dizer que, relativamente ao QREN 2006/2013, só a partir de Abril/Maio de 2009 haverá verbas disponíveis, pelo que seria mau que este documento não reflectisse o facto de o concelho vir a ser beneficiado com verbas deste quadro comunitário de apoio até porque se trabalhou bastante para que Porto de Mós fosse contemplada com uma verba considerável. Foi objecto de negociação no âmbito da NUT III, com a CCDR-C que é o órgão de gestão da NUT II, uma determinada verba que tinha que ser dividida pelos cinco municípios que a constituíam, tendo chegado a consenso – através de votação – de que a forma de divisão das verbas mais equilibrada, seria considerar o FEF atribuída a cada concelho. No documento estratégico para o Pinhal Litoral, foram definidas algumas obras que constam aqui neste pacote que se propõem em Plano para o concelho de Porto de Mós nomeadamente Parque Industrial, Parque Verde, Recuperação da Central Termoeléctrica, Ecopista, Casa da Cultura de Mira de Aire e o Centro de Actividades Empresariais – Pavilhão Multiusos. Perguntou depois, se não seria um erro não aproveitar a verba que se pode ir buscar para a recuperação da Central Termoeléctrica neste Quadro Comunitário de Apoio, acrescentando que se não se aproveitassem agora os Fundos Comunitários, nunca mais o município teria condições económicas de recuperar aquele imóvel, concluindo que o projecto está quase pronto, após o que será posta a concurso e iniciada ainda este mandato.

-----Fez depois menção às verbas disponíveis para os edifícios da Câmara, referindo que a mesma será gasta fundamentalmente no Cine-Teatro, no Pavilhão de Mira de Aire e no Pavilhão de Porto de Mós.

-----Referiu-se ao Quartel da GNR de Mira de Aire dizendo ter tido hoje, um contacto com uma autoridade da GNR que lhe perguntou como estava a situação do terreno destinado à construção

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

daquele edifício, admitindo a hipótese de a Câmara vir a fazer essa aquisição, pois acredita haver vontade por parte do Governo em que essa obra se venha a concretizar. -----

-----Referiu depois a situação da helipista de Alcaria que já está adjudicada e cujas obras se iniciarão em Janeiro, bem como as verbas disponíveis para a construção do quartel dos Bombeiros de Porto de Mós, dizendo que, no entanto, terão que ser os bombeiros a definir a sua localização. Referiu-se depois, entre outras, às verbas disponibilizadas para a acção social escolar, fazendo especial menção às refeições escolares e às actividades de enriquecimento curricular. -----

-----Deu ainda especial ênfase ao abastecimento de água a Covão de Oles, dotada com uma verba avultada, estando o projecto em fase final, sendo uma obra que deve avançar rapidamente, porque é preciso que a situação do abastecimento de água a Alqueidão da Serra seja resolvida, e isso só acontecerá quando se for independente em termos de abastecimento de água àquela freguesia.-----

-----O senhor Presidente da Câmara, dando por terminada a sua intervenção, e porque ficou definido que os dois documentos seriam discutidos conjuntamente, deu a palavra ao senhor Vice Presidente da Câmara que passou a fazer a apresentação do Orçamento que está hoje em apreciação.-----

-----Assim, o senhor Vice - Presidente, de posse da palavra, disse que, em termos gerais se pode afirmar que este Orçamento é uma consequência natural daquilo que ocorreu em finais de 2005. O programa eleitoral que este executivo propôs e que foi sufragado, teve parte da sua execução no primeiro ano e no segundo um pouco mais, considerando ser este um bom “empurrão” na concretização desse programa eleitoral. Referiu que a sua execução obedeceu a linhas principais, entre as quais a contenção da despesa corrente e o reforço do investimento. Este Orçamento surge, para além disto, marcado por um dado novo, muito importante que é o aparecimento do programa QREN que se há-de revelar de uma importância fundamental para o nosso concelho, estando aí a oportunidade de se recepcionar muito dinheiro para investir no concelho mas tendo de haver também a preocupação de arranjar a parte com que a Câmara Municipal terá que avançar, não sendo possível recepcionar dinheiro para obras co-financiadas pelo estado, sem componente de capital próprio, sendo essa a que verdadeiramente o preocupa. Por este motivo, o Orçamento para 2009 subiu para vinte e quatro milhões, novecentos e trinta e dois mil euros o que revela um aumento de 4,8% face ao orçamento inicial do ano anterior. Passou depois a fazer uma breve análise do ponto de vista técnico. Terminou a sua intervenção dizendo que, em resumo, se trata de orçamento equilibrado, exequível, e o seu conteúdo não é mais do que a resposta adequada às necessidades prioritárias do município no contexto de dificuldades e constrangimentos em que vivemos, mas também às oportunidades que foram abertas com a aplicação com QREN, que já está em curso, razões pelas quais acha que este Orçamento deverá merecer a aprovação desta Assembleia.-----

-----**João Manuel Rodrigues Coelho (Presidente da Junta de Freguesia de Juncal – PSD):**-----

-----Usando da palavra e na linha da sua anterior intervenção, manifestou a sua preocupação enquanto Presidente da Junta de Freguesia do Juncal, relativamente às Grandes Opções do Plano e ao Programa QREN, porque, embora não questionando os números em si, diz existirem incongruências entre os números apresentados no Orçamento para 2008 e neste Orçamento para 2009, relativamente à Casa dos Calados cuja recuperação é uma ambição de todo a população daquela vila. Quando o Orçamento para 2008, previa um milhão de euros para a Casa dos Calados, que nunca ali foram gastos, agora, com este Orçamento nem sequer consta das obras a serem candidatas ao QREN. Referiu depois a verba exígua atribuída ao Centro de Saúde do Juncal, perguntando se há realmente intenção de dar seguimento ao projecto. Quanto à zona industrial do Juncal, disse que apesar do senhor Presidente da Câmara dizer que há lotes vendidos, a situação se mantém na mesma. -----

-----**Ana Paula Laureano Noivo (Presidente da Junta de Freguesia de Mira de Aire – PS):**-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Começou por felicitar o executivo camarário pela obra realizada na Praça da Republica. Referindo-se às Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2009, disse que iria votar favoravelmente os documentos, e que estes contemplam as obras que foram mencionadas aqui na última Assembleia Municipal aquando da aprovação do empréstimo destinado ao financiamento das mesmas na parte que compete à Câmara, pelo que pediu a coerência dos presentes aquando da votação, por forma a que sejam aprovados os documentos hoje aqui propostos. -----

-----Felicitou ainda o executivo pela estratégia e planeamento que têm utilizado ao longo destes três anos de mandato, recordando-se de que andou aqui mais de uma década e não viu certos membros da Assembleia reclamarem com a falta de planeamento e de estratégia, que não existia realmente no concelho. -----

-----**José Gabriel Pires Vala (Presidente da Junta de Freguesia de S. João Baptista – PSD):**-----

-----Disse que não se pronunciaria sobre o Orçamento, apenas querendo referir-se a alguns pontos do Plano de Actividades, dizendo querer acreditar que este Plano será o melhor e que o executivo entendeu ser a melhor solução. Disse tratar-se de um Plano pouco ambicioso, em relação às obras estruturantes para o concelho e que seria possível estar-se hoje a apreciar um documento diferente, planeado e projectado a médio prazo, com obras mais objectivas e em que os portomosenses facilmente percebessem a realidade deste concelho em 2020. Passou depois a colocar algumas questões, nomeadamente, porque é que foi aprovado há dois ou três anos a Carta Educativa para o Concelho? Porque não foram feitas quaisquer candidaturas ao QREN para qualquer projecto desta natureza, dos centros educativos, à semelhança de outros concelhos? Porque se continua a investir em espaços que provavelmente irão funcionar dois ou três anos – o caso das escolas? Quanto à Freguesia de S. João Baptista, que representa, referiu que ela ocupa cerca de 8% da área do concelho e é maioritariamente urbana, nela residindo cerca de cinco mil pessoas que correspondem a 20% dos habitantes do concelho. Algumas das obras mais significativas referidas neste Plano, apesar de se encontrarem na área geográfica da sua freguesia, e várias vezes por si reclamadas, são obras que promovidas pelo município, projectam a vila de Porto de Mós e a zona histórica. Disse estar a referir-se à intervenção que foi feita na Praça da Republica e que é uma obra com grande significado para todos e que agora concluída apresenta um saldo bastante positivo apesar de alguns pormenores com os quais não concorda e que julga serem de alguma relevância. Outra obra actualmente em execução é a recuperação do Morro do Cemitério e que não corresponde às suas expectativas, pois está a ser recuperado apenas parte da zona envolvente do cemitério, ficando de fora toda a parte nascente, o que não dignifica nada a obra em causa nem a zona histórica da qual é grande defensor. O Morro do Castelo e a Fonte do Castelo para quando? Quanto a pequenas obras como passeios, alcatroamentos disse esperar que este ano sobre alguma coisa para a freguesia que preside, porque já está à espera há dois anos e fica sempre esquecido. Dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara, disse que, quando ele há pouco apresentou o Plano, ouviu-o falar de todas as Juntas de Freguesia e de S. João Baptista, nem só uma vez.-----

-----**Vítor Louro Cordeiro (PS):**-----

-----Usando da palavra disse que votaria a favor os dois documentos, passando a enunciar as razões que o levam a isso. Primeiramente porque o Orçamento está bem elaborado tanto do ponto de vista técnico como da legalidade. Referiu ainda que este executivo tem melhorado este instrumento de trabalho, dado que o número de alterações tem sido sucessivamente menor, o que significa que o executivo está a planear bem, tendo um cuidado nestas matérias. Quanto ao Plano de Actividades, referiu que pensa que o senhor Presidente da Câmara teve o cuidado de ouvir os senhores Presidentes de Junta e as suas preocupações e anseios e de algum modo contemplar algumas delas neste Orçamento. Disse ainda que este Orçamento está algo empolado, exactamente para poder fazer face às grandes obras que este executivo se propôs efectuar dentro do QREN. Referiu ainda que não se pode fazer tudo ao mesmo tempo, sendo que estas foram as obras que o executivo escolheu. Lamentou o facto de os eleitos pelo PSD, na Câmara Municipal tenham elaborado um documento para justificarem o seu voto contra, sendo que este documento se baseia em cinco pontos, todos eles facilmente desmontáveis e fazendo alusão às “sinergias

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

políticas” ali expressas, disse que não é porque a Câmara Municipal é da mesma cor política que o Governo que irá ter mais vantagens que os outros concelhos-----

-----**José Jorge Couto Vala (PSD):**-----

-----Disse que em 2007, a bandeira do executivo em termos de orçamento era o rigor, a sustentabilidade e o desenvolvimento, concluindo que esses termos caíram agora com este orçamento, tendo o senhor Vice Presidente dito que era próprio do executivo evoluir no orçamento e consequentemente evoluir nas palavras. Passou depois a manifestar algumas preocupações, e dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara, disse que relativamente ao QREN as coisas vão acontecer com sucesso nos próximos anos, só que na passada terça feira foi apresentado o Programa “ MAIS CENTRO” em Tomar, tendo-se verificado que de todos os municípios aqui à volta, Porto de Mós foi o município que em termos de QREN, projectos aprovados para a educação ou escolas, tinha zero, área de ambiente, zero, parcerias de regeneração urbana, zero, modernização administrativa, zero, sendo certo que os municípios que integram esta associação, todos eles, pouco ou muito, tinham obras contempladas, ou seja, projectos aprovados. Manifestou pois assim a sua preocupação sobre o facto de o município de Porto de Mós, não ter projectos aprovados, deixando a questão, se há projectos? se não foram ainda aprovados? como é que está o ponto da situação?-----

-----Outra questão tem a ver com aquilo que foi aqui aceite integrar hoje na ordem de trabalhos, referindo que no documento que se irá analisar no final desta sessão está uma referência à instituição para a qual trabalha e prende-se com alguns reparos que lhe foram feitos por colegas e que tem a ver com a forma como se faz a divulgação do Município além fronteiras. Referindo-se à página da Câmara na Internet, dado que havia um novo projecto em curso que tinha a ver com Leiria Região Digital. Foi agora surpreendido com a publicação de um ranking relativamente à qualidade dos sítios na Internet dos municípios, tendo sido atribuído a Pombal o 1º lugar e estando Porto de Mós classificado em 226º lugar, o que significa que é um péssimo site, acrescentando que a potencialidade do turismo começa também pela divulgação daquilo que temos de bom no nosso concelho, dizendo não haver um link às Grutas, ou ao Campo Militar de S. Jorge. -----

-----Terminou, dizendo que no Orçamento, ao contrário do que disse há pouco o senhor Presidente da Câmara, para grandes reparações de edifícios da Cultura o montante disponibilizado é uma vergonha. -----

-----O senhor **Presidente da Câmara** passou a responder aos anteriores intervenientes dizendo que vergonha é ele estar no LNEC e ser projectado um mapa com os índices de saneamento do País e Porto de Mós aparecer a branco, o que significava que o saneamento era praticamente inexistente, sendo referenciado como o pior concelho do País em termos de saneamento básico. Sobre o rigor, a sustentabilidade e o desenvolvimento disse que não caiu nem vai cair, continuando a ser a bandeira do executivo.-----

-----Relativamente ao QREN, disse ser mentira ter sido alguma coisa aprovada para as escolas da zona centro, referindo que, o que foi aprovado em Tomar na terça-feira à noite, foi um documento de contratualização, que reflecte várias obras. Disse ainda que as escolas foram candidatas e estão algumas já aprovadas noutro programa, e que ele deveria ter conhecimento disso, porque tem quem lhe dê essas informações, muito perto, dado ser a sua esposa, uma ilustre funcionária deste Município, que trabalha nessa área. Disse ainda que não é verdade que as escolas passem pelo âmbito da contratualização. As escolas foram objecto de uma candidatura, já foram aprovadas algumas e outras irão ser dentro de dias, dizendo que a de S. Jorge já está aprovada. Continuou depois dizendo que também não é verdade que no ambiente não haja nenhuma obra do concelho de Porto de Mós esclarecendo que a Ecovia vem da área do Ambiente e também o Parque Verde da Vila vem do Eixo III, que se refere ao ambiente. Reforçou ainda que as obras das escolas que referiu não vêm desta contratualização celebrada com a NUT III. Assim como o saneamento ou melhor o ciclo urbano da água, também não vem do plano regional, mas sim do nacional – Plano Operacional de Valorização do Território, e nada disso foi assinado terça-feira em Tomar pelo senhor Ministro.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Respondendo depois a **João Manuel Rodrigues Coelho**, disse que nas suas palavras haveria alguma ingratidão ou recado enviado, atendendo às obras que estão em curso naquela freguesia e passando a citar as que estão previstas em orçamento. Quanto ao Centro de Saúde disse que não estava na mesma referindo que já lhe havia mostrado o projecto e trata-se de uma obra para fazer. Passou depois a demonstrar que em termos de investimento por habitante, a freguesia do Juncal, tem 206 euros por habitante, enquanto que por exemplo a Calvaria de Cima, tem 94 euros.-

-----Quanto à recuperação da Casa dos Calados, disse que passará por outra filosofia. Embora seja propriedade da Câmara, poderá não ser a Câmara Municipal a fazer as obras. Poderá fazer um protocolo com a Junta de Freguesia, que poderá candidatar a obra ao programa Líder, por exemplo. -----

-----A **José Gabriel Pires Vala** disse que, relativamente ao cemitério, se trata da primeira fase dos arranjos exteriores do Castelo. A segunda fase irá contemplar outros espaços, outros arranjos. -----

-----A **Vítor Louro Cordeiro** disse que o projecto do alargamento da Ponte de Rio Alcaide foi adjudicado pelas Estradas de Portugal e o projecto da Ponte Nova, de S. Pedro, vai ser adjudicada, sendo que em Janeiro estará a concurso.-

-----Ainda a **Gabriel Vala** respondeu que as obras nas escolas que estão a ser feitas, estão em conformidade com a Carta Educativa.-

-----Seguidamente o senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra para defesa da honra a José Jorge Couto Vala que, dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara, disse que pediu a palavra porque a informação que recebeu foi de um colega seu presente em Tomar. Continuou dizendo que pediu a palavra, porque nunca quis admitir que pelo facto de fazer política na oposição em Porto de Mós, a sua mulher, eventualmente por trabalhar na Câmara Municipal de Porto de Mós, poderia vir alguma vez a ser prejudicada. Disse ainda que hoje percebeu que pode. Porque o senhor Presidente veio insinuar, de uma forma vil, com uma mentira, que a sua mulher lhe havia dado uma informação. Vincou depois, que todas as informações que a esposa possa receber são classificadas. Por ser um profissional da banca está habituado a ter a informação das pessoas classificada, e não pode admitir em momento algum, que o senhor Presidente da Câmara venha aqui insinuar que ele tem informação privilegiada, porque toda a informação que tem é através de documentos ou através dos seus amigos da política. Assim, disse que se iria ausentar e que iria ponderar continuar nesta Assembleia, porque infelizmente não se pode fazer política em Porto de Mós de forma descansada e a idoneidade da sua mulher foi posta em causa.-

-----O senhor Presidente da Câmara pediu a palavra para responder, tendo-lhe sido respondido pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal que não lhe concedia a palavra e que não havia direito de resposta, por se tratar de defesa da honra.-

-----Continuando os trabalhos deu a palavra a **António Pedro Porto Ribeiro Marques da Costa**, sendo interrompido pela senhora Presidente da Junta de Freguesia de Mira de Aire e pelo senhor deputado municipal Vítor Louro Cordeiro que insistiam no direito de resposta do senhor Presidente da Câmara. A senhora Presidente de Junta de Mira de Aire, interrompeu o senhor. Presidente da Assembleia Municipal, começando a falar sem lhe ter sido dada a palavra, tendo este interrompido a sessão e determinado que a mesma continuaria no dia seguinte pelas dez horas da manhã, e para constar se lavrou a presente acta que vai ser assinada.-

